

## **A MULTIFUNCIONALIDADE E A INTERDISCIPLINARIDADE E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO RURAL**

Laércio de Souza  
Luciano Félix Florit  
Lúcia Helena Souza Martins

### **Resumo**

O artigo propõe uma análise sobre o processo de desenvolvimento do espaço rural tomando como perspectiva a necessidade de aproximação do saber interdisciplinar dos atores envolvidos como forma de viabilizar a aplicabilidade dos aspectos multifuncionais. A questão norteadora é: de que forma a consideração do saber interdisciplinar pode levar a aplicabilidade do conhecimento multifuncional no processo de desenvolvimento rural? Para isto, analisa-se o espaço rural nas perspectivas econômica, natural, social e política para, posteriormente, refletir o aspecto da interdisciplinaridade como caminho para a multifuncionalidade no espaço rural. A multifuncionalidade pode ser entendida como a adoção de múltiplas funções, sejam elas de atividades agrícola ou não agrícola, como meio de concretização de novas referências para o espaço rural. Propõe que a visão e relação com a natureza no espaço rural pode envolver outra perspectiva quando pensada para além da agricultura moderna, ou seja, ao aproximar-se das unidades familiares e suas pluriatividades na perspectiva do desenvolvimento sustentável. A multifuncionalidade propõe que o espaço rural pode apresentar-se de maneira diversificada, assumindo funções que vão além do seu papel tradicional abrangendo funções que eram exclusivamente do espaço urbano.

**Palavras-chave:** Interdisciplinaridade. Desenvolvimento Sustentável. Multifuncionalidade. Pluriatividade.

## **1. Introdução**

No último meio século, a história da agricultura mundial tem sido marcada, em especial, por mudanças produtivas, estimuladas pela tecnologia, ciência e ampliação da capacidade produtiva, aliada ao aumento da demanda de alimentos. Nesse período, garantiu-se um arranjo tecnológico que acolheu aos interesses dos produtores e dos demais atores relacionados, intitulado de “agricultura moderna”, gradativamente difundida nas regiões agrícolas do mundo, com início na Europa e depois em outras regiões (LOPES et al., 2014).

A concepção da “agricultura moderna” atende às demandas específicas que estão relacionadas à agroindústria envolvendo atores sociais que mantêm um modo de vida contrário ao dos atores que estão envolvidos com uma proposta de agricultura familiar alternativa. Neste caso, trata-se de atores que atuam com pluriatividades e baseados na proposta de agricultura que envolve a busca por saberes distintos, plurais e funcionais para a vida no campo.

Em contextos internacionais, a dinâmica da própria agricultura no espaço rural vem sendo condicionada e determinada por outras atividades, passando cada vez mais a ser percebida como uma das dimensões estabelecidas entre a sociedade e o espaço ou entre o homem e a natureza. Essa forma de organização do trabalho familiar vem sendo denominada pluriatividade e refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção. (SCHNEIDER, 1994, p.2).

O ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transforma as noções de ‘urbano’ e ‘rural’ em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não mais correspondem às distintas realidades cultural e

social (CARNEIRO, 1998). Assim, a preocupação com o aperfeiçoamento do conhecimento na área social dos moradores do campo, que objetivam soluções e avaliações comportamentais que resultem em efetiva ação para a população rural, tem sido alvo de pesquisas nos últimos anos (ABRAMOVAY, 1998; 2000).

Para Noara (2009), a análise histórica tem demonstrado que os valores que permeiam a relação com o ambiente natural na sociedade moderna observam uma diferença drástica a respeito daqueles de sociedades pré-modernas, sinalizando que há elementos de caráter civilizacional como estruturantes desta relação. Autores como Hobbes (1988), e Singer (1998), apontam que os valores socioambientais predominantes hoje são em boa parte originária da tradição judaico-cristã, a qual colocou a espécie humana como centro do universo, subordinando as demais espécies a seus desejos e necessidades. Esta tradição influenciou também a construção do conhecimento em relação à natureza, especialmente a partir do método cartesiano, e do mecanicismo newtoniano. Se for considerado o conhecimento produzido pela história, a antropologia cultural, a filosofia da ciência e a sociologia, evidenciam que aquilo a que se chama de 'natureza' é, na verdade, uma construção social e que as ideias de natureza são decorrentes de visões de mundo que obedecem a condições sociais. Assim, a defesa da natureza, em última análise, está baseada em condições sociais (FLORIT, 2004). Do ponto de vista sociológico, numa sociedade heterogênea como a sociedade contemporânea, a predominância de uma ideia de natureza não pode acontecer, senão como produto de relações que reflitam interesses e relações de poder (FLORIT, 2004). Com efeito, a luta simbólica que leva a uma imposição de uma 'definição do mundo' reflete o campo das posições sociais (BOURDIEU, 1989).

No andar do crescimento, há distintas situações regionais e locais que merecem atenção. As pequenas propriedades, por exemplo, sofrem em face da sua fragilidade diante dos desafios de custos e comercialização e das dificuldades de mecanização e automação, apesar das várias tecnologias modernas. Isso exige o estabelecimento de mais políticas públicas para lidar com a situação. Muitos avanços podem ser observados, mas ainda existem desafios que precisam ser enfrentados e solucionados.

No campo, florestas e vegetação natural dão espaço às plantações monocultoras e, nas cidades, espaços verdes são sucumbidos por edificações que consomem as paisagens naturais, criando ambientes que se caracterizam pela impermeabilidade do solo com altas temperaturas gerando consequências de ordem ambiental, econômica e social.

O impulso tecnológico chegou ao Brasil mudando muitas regiões agrícolas a partir do fim dos anos de 1960. Assim, viabilizou a expansão econômica e comercial da agricultura nas décadas posteriores, afirmando-a como o setor mais dinâmico da economia no Brasil na

virada do século 21. Todavia, ressalta-se que esse processo foi desigual e heterogêneo em decorrência da abrangência do território e das mudanças socioeconômicas no meio rural brasileiro (LOPES et al., 2014).

As novas tecnologias que impulsionaram o crescimento da “agricultura moderna” não atenderam às demandas dos agricultores que atuam na agricultura familiar e deixou a margem dos debates os saberes compartilhados por eles. Assim, ao se analisar a atual realidade econômica do país, conclui-se que existem pelo menos dois modelos distintos de produção agrícola. Um deles, constituído por pequenos produtores ligados à atividade agropecuária familiar individual ou organizada pelo associativismo, e o modelo oposto a esse que é o da exploração agropecuária, classificada como o modelo do grande capital presente tanto na agricultura como na pecuária (MEC, 2009).

Num mundo cada vez mais baseado no conhecimento, é preciso que as instituições de ensino públicas e privadas passem por uma profunda reforma com o objetivo de atender as demandas da sociedade contemporânea, cujo principal ativo é o conhecimento. Essa iniciativa se faz necessária em função das profundas mudanças pelas quais a sociedade tem passado no que se refere ao ensino agrícola brasileiro. Se por um lado nunca se testemunhou tamanho crescimento do agronegócio, por outro, se atesta a maior concentração de terras e a ampliação da pobreza no campo, combinada com a dilapidação dos recursos naturais e o comprometimento da qualidade de vida. A diversidade existente na agropecuária, resultante de um conjunto de fatores, e as dimensões continentais do Brasil, aumentam as dificuldades e desafios impostos ao ensino agrícola para dar conta das diferentes demandas.

Neste contexto, questões envolvendo o debate da sustentabilidade merecem ser analisadas a partir de um novo paradigma tendo em vista que a lógica capitalista está sucumbindo no propósito do diálogo entre a economia e a ecologia.

A Agroecologia, com baixas entradas de insumos externos, apresenta-se como uma alternativa de menor agressão ao ambiente. Ao mesmo tempo, caracteriza-se como um novo paradigma técnico-científico capaz de guiar a estratégia do desenvolvimento sustentável. Assim, principalmente em regiões onde predomina a agricultura familiar e áreas de assentamento, essa forma de agricultura pode elevar a produtividade com uma relativa autonomia, com um mínimo de impacto ambiental e com retorno sócio-econômico-financeiro mais adequado, capaz de permitir a diminuição da pobreza e atender às necessidades sociais da população (MEC, 2009).

Jatobá (2009) tratou o debate da sustentabilidade no território propondo o olhar para três correntes a serem destacadas, sendo elas o ecologismo, o ambientalismo e a ecologia

política. A primeira perspectiva alinha-se com a concepção da ecologia radical em que questões da natureza devem ser tratadas de forma distinta daquelas questões que envolvem a economia. A segunda alinha-se ao ambientalismo moderado e entende que deve ocorrer um diálogo entre as práticas que envolvem o crescimento econômico e a degradação ambiental em razão da concepção de finitude dos recursos naturais. Por último, a perspectiva da ecologia política trabalha com a ideia de que a sustentabilidade emerge do equilíbrio na relação entre sociedade e natureza. Neste caso, volta-se para a busca da justiça social mediante o empoderamento dos atores sociais e a aplicabilidade do instituto da governança (JATOBÁ, 2009).

A análise a ser realizada seguirá a perspectiva do desenvolvimento sustentável que, segundo Sachs (1986), defende que a aproximação dessas duas ciências é possível e aponta que o planejamento é a ferramenta que pode auxiliar nesse equilíbrio que deverá ocorrer entre o econômico, o social e o ecológico. De acordo com o mesmo autor, ações previamente planejadas e gestão dos recursos em prol da sustentabilidade ambiental garantem um alinhamento destes três pilares em prol desse novo modelo de desenvolvimento.

Compreender a relação do homem com a natureza no espaço rural impõe o registro de que o modelo de uso do solo na agricultura moderna necessita ser repensado em razão dos riscos que pode ocasionar a sociedade contemporânea. No geral a crítica à agricultura moderna tem focado especialmente as consequências indesejadas da produção de alimentos, conformada pela modernização agrícola, focalizando três níveis de riscos intimamente relacionados entre si. São eles, os riscos ambientais (poluição, perda de biodiversidade, erosão dos solos, entre outros), os riscos sociais (por exemplo, a marginalização das populações que não se 'modernizam', êxodo rural e as consequências à saúde dos trabalhadores rurais) e os riscos alimentares (presença de agrotóxicos nos alimentos comercializados, diminuição geral da qualidade biológica dos mesmos e, mais recentemente, as incertezas geradas pelo uso de variedades geneticamente modificadas) (FLORIT, 2004, p. 99).

Dentro deste cenário atual, observa-se que o uso da natureza no espaço rural precisa aproximar-se, minimamente, da análise ecossocioeconômica em que se apresenta a preservação de espaços naturais como um recurso planejado que se encaixa como uma alternativa com função econômica, função ambiental/ecológica e função social.

Neste contexto surge o olhar para a multifuncionalidade que, no contexto Europeu, teve a sua primeira referência nas áreas rurais realizada pela Comissão Europeia em 1988, ocasião da comunicação "O Futuro do Mundo Rural", considerando que "as áreas rurais não

são apenas lugares onde as pessoas vivem e trabalham, mas onde desempenham ao mesmo tempo funções vitais para a sociedade como um todo" (FIGUEIREDO, 1999 p.263/269).

A multifuncionalidade rural tornou a ser motivo de debates na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro/ Brasil em 1992, momento em que os governos participantes reconheceram a relevância da reflexão sobre a proposta multifuncional no campo principalmente nos aspectos da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável (SOARES, 2001).

Com a introdução da multifuncionalidade a relação entre o espaço rural e a natureza passa a ser interligada introduzindo outras visões sobre aquele espaço que ganha com a valorização de seus recursos apresentando múltiplas funções ambientais e territoriais. Para muitos o campo constitui-se como símbolo de saúde, descanso, tranquilidade, liberdade, bem estar e beleza (CRISTOVÃO, 2000).

A valorização do espaço rural é necessária e coaduna-se com a proposta da sustentabilidade, onde de acordo com Lima (2007, p.2), uma das questões centrais que a problemática da multifuncionalidade agrícola levanta, quando discutida do ponto de vista do desenvolvimento rural, é, efetivamente, a da integração das explorações agrícolas numa estratégia coerente de maximização dos recursos locais. A promoção da multifuncionalidade agrícola concorre para que o espaço rural possa vir a preencher "novas" funções (lazer), amenidades ambientais, gestão da paisagem, contribuição para o ordenamento e gestão do território, entre outras e, por essa via, vir a contribuir para revalorizar quer a imagem do território rural, quer a imagem da própria agricultura.

Trata-se de um modo de agir mediante a adoção de múltiplas funções, sejam elas de atividades agrícola ou não agrícola, como meio de concretização de novas referências para o espaço rural. Propõe uma visão mais abrangente do rural, o qual pode proporcionar formas de desenvolvimento sem afetar o meio ambiente. Com isto, o espaço rural pode apresentar-se de maneira diversificada e desta forma assume funções que vão além do seu papel tradicional para abranger funções que eram exclusivamente do espaço urbano.

Sem desconhecer que a agricultura ocupa um lugar de destaque no espaço rural, cuja importância varia segundo as regiões e os ecossistemas naturais, não se pode, contudo, imaginar que ela própria não tenha sido modificada no período recente. Nesse sentido, é necessário definir o que se entende por agricultura familiar para, somente então, indicar as mudanças que ocorrem quando os membros da família optam por combinar a atividade agrícola com outras atividades (SCHNEIDER, 1994).

A adoção de múltiplas funções pelos atores locais impõe a necessidade de buscar novos saberes que devem ser agregados ao conhecimento intrínseco da população local. Esses atores, vinculados às unidades agrícolas familiares de trabalhos múltiplos, necessitam que os estudos nesse campo do saber incorporem as três características fundamentais das famílias: composição demográfica, processo de tomada de decisão e vontades e interesses dos indivíduos, considerando suas situações locais e históricas. (FULLER, 1983).

Nessa linha, propõe-se a importância de, minimamente, haver um olhar multidisciplinar que, segundo Japiassu (1976), o “multidisciplinar consiste em estudar um objeto sob diferentes ângulos, mas sem que tenha necessariamente havido um acordo prévio sobre os métodos a seguir ou sobre os conceitos a serem utilizados”.

Pensar sobre o desenvolvimento, seja ele rural ou urbano, requer análises sobre ângulos diversos acerca do mesmo objeto de estudo porque, segundo Benko (1996), o desenvolvimento regional possui vinculações com outras disciplinas, viabilizando diálogos diversos, nos quais estão inseridos os estudos sobre as teorias econômicas de desenvolvimento, disparidades espaciais, crescimento e estrutura econômica, fordismo e pós-fordismo, planejamento, ordenamento do território, política regional, economia internacional e industrial, território e economia.

Segundo Leis (2011, p.107), a multidisciplinaridade não implica na integração, mas superposição dos diversos conhecimentos disciplinares convocados para determinado estudo. Isso não implica negar que o trabalho multidisciplinar possa representar um passo importante em uma direção interdisciplinar, facilitando, sobretudo, o trabalho futuro de integração das disciplinas.

O conhecimento sistêmico é fundamental no espaço rural, essencialmente por se tratar de uma proposta que envolve um olhar multifuncional para o ambiente, fazendo-se necessário conhecer uma variedade de domínios como a economia, a ecologia, a geografia, a sociologia, a antropologia, as ciências políticas, o urbanismo etc.

Avançar para a interdisciplinaridade é fundamental e ela não decorre de um saber constante num determinado espaço ou paradigma consagrado, mas, de acordo com Leis (2005), emerge de uma atuação singular e de múltiplas facetas. Faz-se necessário partilhar os saberes em áreas distintas para que seja possível traçar estratégias que compatibilizem o saber científico e o saber moral das comunidades, no estudo em evidência, das áreas rurais.

Destaca-se, ainda, que o estudo da perspectiva da problemática ambiental, segundo Leff (1976), necessita considerar as relações das perspectivas de poder (o poder real e o

poder do saber) que se materializam em discursos ambientais gerando uma razão teórica, uma racionalidade produtiva e uma racionalização ideológica. Desta lógica emerge uma análise interdisciplinar em que deriva um interdiscurso oriundo do cruzamento dos diversos saberes gerando desdobramentos nos aspectos científico e prático.

A partir desta percepção, pensar sobre a relação do homem com a natureza impõe compreender o contexto em que ela está significada e quais saberes são subliminares a esse contexto histórico. O artigo propõe-se a traçar a concepção de desenvolvimento como fio condutor da análise que pretende avançar no debate sobre a interdisciplinaridade como caminho para olhar a relevância da multifuncionalidade na área rural.

## **2. Perspectiva do espaço rural**

### ***2.1 Perspectiva econômica do espaço rural***

Na dimensão econômica do conceito de sustentabilidade e ecodesenvolvimento, segundo Sachs e Vieira (1993), é importante abordar a alocação e gerenciamento eficiente dos recursos e dos investimentos públicos e privados a fim de dinamizar uma eficiência econômica que avalie também o macrossocial e não apenas a rentabilidade microeconômica.

Para tanto, faz-se necessário compreender o território em todas as suas dimensões, dentre elas, a econômica. Para Etges (2001, p.7), é fundamental compreender que à medida que a sociedade vai se apropriando de determinado território, ela vai imprimindo as suas marcas; quanto mais desenvolvida ela for, no sentido de dispor de tecnologia para intervir na natureza, mais ela vai moldando o território, visando atender às suas necessidades ou interesses. Isto nos leva a constatar que as formas que hoje estão impressas no território não podem mais ser atribuídas simplesmente às condições físicas ou naturais do mesmo. Ao contrário, estas formas atuais revelam o uso que foi dado e, principalmente, que vem sendo dado atualmente a este território. E este uso é determinado por interesses econômicos, sociais, políticos e culturais. São estes, portanto, os aspectos que definem uma região nos dias atuais.

Isto nos leva a constatar que as formas que hoje estão impressas no território não podem mais ser atribuídas simplesmente às condições físicas ou naturais do mesmo. Ao contrário, estas formas atuais revelam o uso que foi dado e, principalmente, que vem sendo dado atualmente a este território. E este uso é determinado por interesses econômicos, sociais, políticos e culturais. São estes, portanto, os aspectos que definem uma região nos dias atuais (ETGES, 2001).

Essa é uma consequência do distanciamento das escolas em relação à agricultura familiar e os movimentos sociais, uma vez que as mesmas vêm preparando o seu alunado

muito mais para lidar com a produção realizada pelo grande capital. O que se observa nas instituições de ensino, em particular no ensino agrícola, é que nos últimos anos, vem existindo a preocupação em passar do modelo tradicional para o modelo “moderno” e tecnificado de produção, porém, esse processo não está ocorrendo em consonância com a pequena propriedade, pois quanto mais se busca introduzir inovação técnica, maior tem sido o distanciamento do pequeno produtor desse novo modelo (MEC, 2009).

As novas tecnologias, por um lado, podem provocar certo deslumbramento no aluno, levando-o a menosprezar o modelo classificado como tradicional e antiquado de produção agrícola. Por outro lado, podem também frustrá-lo ao perceber as dificuldades para adotá-las em sua propriedade.

Sen (2000, p.22) faz uma reflexão sobre mercados e privação de liberdade econômica propondo que não é razoável ignorar as ações do mercado na sociedade, pois é difícil pensar que qualquer processo de desenvolvimento substancial possa prescindir do uso muito amplo de mercados, mas isso não exclui o papel do custeio social, da regulamentação pública ou da boa condução dos negócios do Estado quando eles podem enriquecer, ao invés de empobrecer a vida humana. A abordagem aqui adotada propõe um modo mais amplo e mais inclusivo de ver os mercados do que o frequentemente invocado.

Repensar o espaço rural partindo da perspectiva econômica passa pela concepção de que o homem pode modificar o espaço através de suas ações, criando, recriando, transformando o espaço onde se encontra. Essa modificação depende da relação indissociável entre objeto, ação, e espaço (SANTOS, 2006).

A melhor compreensão da organização espacial resume-se na construção de meios operacionais que permitem extrair o conhecimento sobre localizações e fluxos, hierarquias e especializações funcionais ligadas a planície isotrópica, a racionalidade econômica, a competição perfeita e a historicidade de fenômenos sociais na busca de melhores modelos para garantir a sua sobrevivência e bem-estar (CORRÊA, 2000).

A racionalidade econômica partindo da concepção solidária, que requer a melhor compreensão do espaço, leva a gestão social que está centrada na comunidade. Assim, a ecossocioeconomia trata das experimentações e complexidades do cotidiano que possibilitam pensar o ecodesenvolvimento ou uma “outra” economia, na tentativa de superar as contradições inerentes à mudança paradigmática que se deseja (ou na velocidade que se deseja) quando se pensa nas limitações do utilitarismo economicista (alicerçado na máxima: privatizam-se lucros de curto prazo e socializam-se prejuízos socioambientais de médio e de longo prazo). A ecossocioeconomia se dá no mundo da vida, nos domicílios, nas

organizações, nas comunidades, ou seja, no território, onde os problemas e suas soluções acontecem, mesmo que raramente sejam devidamente qualificados (SAMPAIO, 2009).

As unidades familiares tornam-se pluriativas, de acordo com essa nova configuração do mercado de trabalho e da relevância que assume o espaço rural como um espaço mercantilizado de bens e serviços, assegurando assim, condições razoáveis de sobrevivência e manutenção do território familiar.

Como fenômeno social e econômico presente na estrutura agrária de regiões e países, pode se definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual, membro das famílias que habitam no meio rural opta pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Assim, as unidades familiares subsistem com uma relativa autonomia em relação ao capital e vão se reproduzindo nessas condições. Além disso, é cada vez mais perceptível o apelo que a produção dita “natural” exerce sobre os consumidores, forjando, inclusive, situações específicas de mercado para essas mercadorias (SCHNEIDER, 1994).

## ***2.2 Perspectiva ecológica dos espaços rurais***

A paisagem rural é constituída por seus elementos naturais e sociais, além da dinâmica que provoca as transformações da ação humana sobre o ambiente determinando diferentes usos, desta paisagem, que satisfazem total ou parcialmente os interesses e objetivos daqueles que nela vivem.

Galvão e Vareta (2010) reforça que a paisagem rural é uma construção social condicionada pelas condições naturais, mas continuamente transformada pela atividade humana, incluindo a agricultura, silvicultura, urbanização, entre outros. Mas os sistemas agrícolas tradicionais e sua evolução ainda são responsáveis pela estrutura e transformação da paisagem rural. Deste modo, como já foi citada anteriormente, a multifuncionalidade produtiva concorre para que o espaço rural possa preencher “novas” funções.

Observa-se que são necessárias estratégias de passagem de um mau desenvolvimento para um bom desenvolvimento. Nesta busca por tecnologias e ações que visem à minimização ou até mesmo um reaproveitamento dos recursos naturais, controle na emissão de gases de efeito estufa e redução de resíduos, a preservação dos espaços naturais surge como uma estratégia para essa passagem de um desenvolvimento explorador dos recursos naturais para um desenvolvimento equilibrado (GALVÃO; VARETA, 2010).

Na década de 80 o desenvolvimento e o meio ambiente eram pensados de forma distinta e, neste caminho, os países considerados como grandes potências geraram desenvolvimento mediante a exploração dos recursos naturais globais, enquanto os demais necessitam repensar uma proposta de desenvolvimento que não considere a exploração extensiva do seu patrimônio natural (COSTA, 2008). Neste sentido, torna-se fundamental compreender que, segundo De Groot (2006, p.176) a "maioria das paisagens proporciona uma multiplicidade de funções que possibilitam vários usos e com diferentes combinações de usos da terra", além do valor ecológico do ambiente.

As paisagens naturais ou semi-naturais proporcionam benefícios para a sociedade e são de grande valor ecológico, sociocultural e inclusive econômico. Estes benefícios resultam da combinação de bens e serviços, por meio de múltiplas funções. Assim, a possibilidade de resgatar do rural seu sentido original envolve um conjunto de práticas orientadas para exercícios de contato com a diversidade natural. Estas atividades podem contemplar as terapias desenvolvidas em espaços rurais, tendo a natureza como beneficente direta, proporcionando tranquilidade e descanso (DE GROOT et al., 2002).

Pensar a geração de renda e trabalho pela perspectiva ecológica no espaço rural inclui também a proposta da agricultura familiar, porém impõe a necessidade de compreensão de que embora as mudanças climáticas sejam desafio de gestão de risco, elas abrem um leque de oportunidades para integrar a adaptação ao desenvolvimento social e econômico (Instituto Carbono Brasil, 2014).

Superar o desafio da gestão de risco, consequência da globalização econômica, gera a necessidade de se trabalhar pautado na nova proposta de desenvolvimento, a qual tem a sua base em um modelo de sustentabilidade que atua na proposta de controle da degradação ambiental pelos atores sociais locais (LEFF, 2006).

A relação do homem com a natureza necessita ser compreendida no espaço urbano, enquanto ecossistema que gera reflexos no espaço rural, para que os atores sociais dialoguem com novas perspectivas no campo. O agronegócio ainda persistirá nessa relação, mas é preciso que se vislumbre na agricultura familiar, no turismo de lazer e no espaço para pesquisa da biodiversidade, apenas como exemplo, a viabilidade para outro desenvolvimento.

### ***2.3 Perspectiva social dos espaços rurais***

Pensar a perspectiva social leva a refletir o território não como um conceito, mas como um espaço de relações. É preciso considerar o território a partir das vivências dos atores sociais em um dado espaço (SANTOS 2006).

As relações dos agricultores com o ambiente social e econômico podem ocorrer por meio do crédito, do financiamento ou de outra forma de apoio institucional (Estado ou ONGs) e também pelo acesso a mercados de produtos (compra de insumos e venda de mercadorias, relação com a agroindústria, entre outros.), mercado de trabalho (como a possibilidade de obter rendas em atividades não agrícolas) e acesso e informações a inovações produzidas pelo progresso tecnológico. Além disso, o ambiente social e econômico também compreende as expectativas cambiantes e as percepções que as famílias nutrem em relação ao seu futuro e às possibilidades de desenvolvimento do local em que vivem (SCHNEIDER,1994).

A paisagem é diferente do espaço. A primeira é a materialização de um instante da sociedade. Segundo Santos (2006), é aquilo que pode ser enxergado além de tudo que pode ser sentido, ouvido, em suma, percebido. O espaço contém o movimento. Por isso, paisagem e espaço é um par dialético, complementam-se e se opõe. O espaço e a paisagem são produtos da sociedade, de suas infindáveis e tão diversas realizações.

Para Galvão e Vareta (2010) a paisagem surge, simplesmente, quando o olhar de qualquer homem ou mulher se poussa sobre um território. Assim a paisagem emerge na sua materialidade por meio do filtro sociocultural da pessoa "olhando". A partir deste olhar, inicia-se um processo de representação no diálogo entre um sujeito que olha e o objeto olhado. E acrescenta que a paisagem não depende só do olhar, mas sim, de todos os sentidos que nos relacionam com o território.

Entretanto, compreender a dinâmica da natureza para não ocorrer à degradação do ambiente no qual se instala é o desafio, fazendo ainda a interface com outras relações conflitantes de interesses, desejos e necessidades dos usuários dos espaços. De acordo com Hannigan (1995, p.75), a luta cotidiana na busca pela apropriação justa do espaço entra em conflito com a busca pelo capital, à custa, quase sempre, de uma subjugação da natureza produzindo mercadorias indesejáveis.

A presente perspectiva, segundo Sachs e Vieira (2006), pressupõe novas e criativas formas de intervenção do indivíduo na natureza com níveis mínimos de abuso e parasitismo, lembrando-se da necessidade de utilização dos recursos naturais para a promoção do bem estar dos indivíduos.

A sociologia ambiental construtivista, segundo (HANNIGAN,1995), propõe um enfoque centrado sobre os processos sociais, políticos e culturais, nos quais as condições ambientais são definidas de riscos inaceitáveis e passíveis de conflitos, ou seja, na perspectiva construtivista o meio ambiente não resulta de condições objetivamente dadas, nas quais os problemas poderiam ser evidenciados apenas a partir das estimativas dos

peritos, mas é construído através de negociações sociais.

Além disto, considera-se que o próprio debate sobre questões ambientais, mesmo sob o ponto de vista técnico, revela haver mais incertezas e contradições, inclusive com convicções científicas irreconciliáveis, do que certezas, tanto nas suas estimativas, como nas soluções propostas. Nesta abordagem social construtivista, ao invés de se focalizar a análise das agendas e políticas ambientais exclusivamente sobre o discurso político, estes são compreendidos como sendo produtos finais de um processo social dinâmico de definições, negociações e legitimações (HANNINGAN, 1995).

Na arena rural, os atores locais e suas relações diferenciadas com a natureza recebem a interferência das externalidades urbanas e com elas necessitam interagir para agregarem novas experiências, porém sem deixarem de lado o saber tradicional. Perceber as múltiplas funções do espaço é de suma importância para estabelecer uma proposta de desenvolvimento alinhada com o baixo impacto ambiental e social.

#### ***2.4 Perspectiva política dos espaços rurais***

A perspectiva política assume papel fundamental nesta proposta de (re)pensar o espaço rural envolvendo o diálogo entre os atores sociais considerando a relação entre as esferas pública, privada e comunidade. O diálogo entre as três esferas, na ótica do ecodesenvolvimento, pauta-se na construção de políticas públicas guiadas pela efetiva participação do povo. O sucesso destas políticas públicas voltadas ao processo de desenvolvimento mensura-se pelas liberdades substantivas que os atores desta sociedade desfrutam (SEN, 2010).

Existem distintas situações regionais que merecem atenção e, eventualmente, alguma correção decorrente de políticas públicas. Sensibilizar, motivar e mobilizar a participação ativa das pessoas, favorecer o acesso às informações permitindo maior compreensão dos problemas e oportunidades, superar as práticas e políticas de exclusão e buscar o consenso nas decisões coletivas são elementos que compõem esta perspectiva (BARROS, 2014).

No espaço rural, as propriedades menores têm sofrido bastante, dado que as políticas públicas não têm internalizado a sua fragilidade ante os desafios dos custos, comercialização, e dificuldades da mecanização (BARROS, 2014).

Nesta linha, cabe ressaltar que a sustentabilidade política deve apresentar a contribuição não somente da comunidade local como enfatizada pelos conceitos apresentados, mas é preciso mobilizar a sociedade como um todo englobando o papel do

governo (SACHS, 1993), das instituições e do empresariado e abrangendo o que muitos autores chamam de sustentabilidade institucional nesta dimensão.

O modelo de ecodesenvolvimento está baseado na concepção da parceria e da colaboração efetiva entre os setores públicos, privado, voluntário e comunitário. Neste contexto, exige-se um mínimo de consenso e de solidariedade entre os membros da sociedade que transcendem aos interesses particulares e que só podem ser produzidos em um processo dialógico e interativo de troca de argumentos e posições. Esta perseguição do ecodesenvolvimento dentro de uma perspectiva democrática exige um Estado ativo e mediador do espaço de conflitos sociais.

A reprodução social, econômica, cultural e simbólica das formas familiares dependerá de um intrincado e complexo jogo pelo qual as unidades familiares se relacionam com o ambiente e o espaço em que estão inseridas. Nele os indivíduos e a família devem levar em conta o bem-estar e o progresso de sua unidade de trabalho e moradia e as possibilidades materiais de alcançar determinados objetivos. Nesse processo cabe à família e a seus membros um papel ativo, pois suas decisões, estratégias e ações podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis à sua continuidade e reprodução (SCHNEIDER, 1994).

### **3. A interdisciplinaridade e o caminho para uma proposta multifuncional nos espaços rurais**

Ao se tratar de técnicas e alternativas rumo ao ecodesenvolvimento e a ecossocioeconomia, tem de se pensar nas questões interdisciplinares que envolvem essas práticas, pois, não há como pensar em um novo desenvolvimento social, ambiental e econômico sem analisar as relações, participações e contribuições das diversas áreas disciplinares, pois os atuais problemas ambientais são inter-relacionares e constituem uma estrutura que funciona como uma totalidade organizada, daí que a solução exige a confluência de muitos conhecimentos provenientes de múltiplas áreas do saber, isto é, a ecologia exige uma visão de totalidade, soma de partes, superando saberes isolados, ativando a necessidade de uma compreensão interdisciplinar e holística (Boff, 1993). Ainda que não se alcance a interdisciplinaridade sustenta Boff, torna-se fundamental o avanço do debate e inserção do olhar multidisciplinar como meio para a aplicabilidade da multifuncionalidade no campo.

Conforme García (1994), para abordar problemas ambientais é necessário uma articulação das diversas disciplinas envolvidas, tendo assim, um estudo integrado dessa problemática complexa. Para Serukhán apud Leff (1976) só é possível um

ecodesenvolvimento com uma ativa participação, abordando o mesmo assunto sob diferentes perspectivas de análise. Dentro da perspectiva de uma ação estratégica interdisciplinar para o ecodesenvolvimento.

Entender a importância do conhecimento interdisciplinar, conforme já apontado anteriormente, é fundamental para que haja uma real reflexão sobre a sociedade e uma proposta de desenvolvimento que supere a racionalidade instrumental.

Segundo Leis (2005, p.9) a interdisciplinaridade pode ser definida como um ponto de cruzamento entre atividades (disciplinares e interdisciplinares) com lógicas diferentes. Ela tem a ver com a procura de um equilíbrio entre a análise fragmentada e a síntese simplificadora visando o equilíbrio entre as visões marcadas pela lógica racional, instrumental e subjetiva (LENOIR; HASNI, 2004 apud LEIS, 2005). A interdisciplinaridade ainda que necessite do conhecimento proveniente do trabalho em equipe, necessita do saber individual (KLEIN, 1990 apud LEIS, 2005).

Na esfera do desenvolvimento rural é necessária à reflexão interdisciplinar, compreendo-a como caminho para o alcance da multifuncionalidade.

Na perspectiva atual, o espaço rural compreende relações entre atores sociais com diferentes perspectivas, como por exemplo, agricultores familiares, investidores do agronegócio, empreendedores da área do turismo, gestores públicos (união, estados e municípios) e agentes do SEBRAE e ONGS. São saberes distintos, tendo em vista os diferentes interesses que podem ou não entrar em conflito, convivendo no espaço social com a necessidade de (re)significar o espaço rural.

Agricultores familiares e investidores do agronegócio, por exemplo, possuem uma relação e conhecimentos diferentes com a natureza embora convivam no mesmo território. Neste aspecto, necessitam ser chamados a dialogar sobre os limites da agricultura moderna e a vulnerabilidade da agricultura familiar com o objetivo de traçarem um novo paradigma de sustentabilidade para o desenvolvimento do espaço rural. Para Florit (2004, p.107), as concepções de natureza contidas nas agriculturas alternativas incluem também ideias e orientações gerais para a vida social, que se situam muito além da própria preocupação agrônômica. Assim, quando as agriculturas alternativas propõem outros modos de semear, de cuidar e de colher, estão propondo muito mais do que meros procedimentos técnicos para produzir alimentos. Elas propõem, também, um modo específico dos seres humanos se engajarem no meio social e natural em que se encontram.

A (re)significação do espaço decorre da proposta de Santos (2008), para o qual a sociedade sofre interferências e ao sofrer rupturas gera mudanças nas variáveis constitutivas do espaço. A cada nova divisão do trabalho, a cada nova transformação social,

há, paralelamente, para os fabricantes de significados, uma exigência de renovação das ideologias e dos universos simbólicos, ao mesmo tempo em que, aos outros, tornam-se possíveis o entendimento do processo e a busca de um sentido (SANTOS, 2008, p.128).

A interdisciplinaridade somente contribuirá para a multifuncionalidade dentro do espaço rural, quando o planejamento do processo de desenvolvimento considere as interações entre os atores sociais no âmbito local. Todo desenvolvimento tem uma base eminentemente local. Embora os processos que resultam em desenvolvimento, ou na falta dele, transcendam o plano local, é no lugar que se manifesta sua presença ou ausência. É aí que se dá a participação e interação entre os atores, que se explicitam e negociam conflitos, que se forjam compromissos e sinergias (SACHS, 2006).

Uma proposta de ecodesenvolvimento, pautada no diálogo interdisciplinar, se baseia no que Sachs (1993) denomina como integração das dimensões da sustentabilidade, que tem como base as dimensões elaboradas por ele em 1993 e que, posteriormente, incluiu a dimensão política (figura 1).



Figura 1: Dimensões da Sustentabilidade  
Fonte: Adaptado de Sachs (1993).

Observa-se que para pensar o espaço, seja na perspectiva urbana ou na rural, esta como objeto deste estudo, faz-se necessário ir além da racionalidade instrumental e reconhecer a racionalidade solidária baseada no diálogo a partir dos saberes interdisciplinares e alcançando dimensões distintas.

O diálogo interdisciplinar é formulado a partir do reconhecimento dos saberes autóctones, tradicionais e locais que agregam as suas experiências e se somam ao conhecimento científico e especializado. Contudo implica em uma ruptura com um via homogênea para a sustentabilidade. É importante reconhecer a diversidade em um conflito sendo assim a forma viável para romper com a hegemonia de uma lógica unitária e assim permitindo um debate participativo e inclusivo (LEFF, 2006).

O espaço rural reclama a compreensão da sua vocação que, distintamente do espaço urbano, tem sua própria complexidade. Pensar o rural, na atualidade, vai para além

do conhecimento sobre a o ambiente agrícola e alimentício e atinge uma gama de serviços ambientais reconhecidos como de fundamental importância para a sobrevivência do homem no campo.

#### **4. Conclusão**

A configuração do espaço é produto do conjunto dos complexos naturais, sabendo-se que essa junção é indissociável, solidária em alguns aspectos e contraditória em outros. O saber que decorre do reconhecimento da multifuncionalidade e da aplicabilidade do saber interdisciplinar, viabiliza a (re)significação do espaço rural de forma sustentável e democrática.

Diante do esgotamento do espaço urbano, que está evidente nos conflitos sociais constantes e evidenciados nos movimentos sociais, torna-se cada vez mais necessário voltar o olhar para o espaço rural como uma proposta real, importante e fundamental para o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, a educação agrícola almejada pela sociedade caracteriza-se pela incorporação das novas tecnologias, pelos novos modelos de gestão da produção, pela imperativa necessidade da formação de profissionais responsáveis socioambientalmente e, então, representada por uma educação comprometida com as múltiplas necessidades sociais e culturais da população brasileira, ou seja, a de uma educação com características multidisciplinares e pluriativas.

É preciso refletir com seriedade sobre os motivos que levaram a migração das pessoas do campo para a cidade e, a partir daí, estabelecer novos diálogos e novas políticas públicas para o desenvolvimento rural.

O diálogo entre os atores sociais conviventes em espaços rurais e urbanos devem viabilizar a manutenção das pessoas no campo, mesmo diante da criação das áreas de preservação, mas mediante o respeito aos saberes daqueles que vivenciam a vocação própria do ambiente rural.

Para tanto, necessita-se reconhecer que a sociedade precisa ser verificada sob a ótica de que agentes sociais distintos na perspectiva de níveis de poder e interesses diversos compartilham o espaço na produção e uso de recursos naturais em perspectiva ecológica distinta uns dos outros.

A lógica da racionalidade instrumental empregada no espaço urbano não pode continuar a ser pensada e empregada no espaço rural porque se tratam de territórios distintos e, para além deste aspecto, observa-se essa lógica não tem resolvido os problemas do espaço urbano. O espaço urbano vem crescendo de maneira desordenada e

isso vem provocando profundas modificações nos ambientes, enfraquecendo de maneira reiterada os sistemas naturais que asseguram a vida na terra.

É necessário urgentemente introduzir processos que levem à elaboração de alternativas ao modelo social vigente até superá-lo historicamente. Impõem-se revoluções moleculares, quer dizer, revoluções a serem inauguradas pelos atores sociais, tal como as moléculas se organizam em grupos, comunidades, articulações de reflexão e de ação e outros movimentos sociais que já ousam viver o novo, integrado e não fragmentado, em seus espaços vitais.

## 5. Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília, DF: UNESCO, 1998.
- ABRAMOVAY, R. Ruralidade e desenvolvimento territorial. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. A3. 15 abr. 2000.
- BARROS, J.R.M. de. O passado no presente: a visão do economista. In: BUAINAIN, A. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília. EMBRAPA, 2014.
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- BOFF, L. **Ecologia, mundialização e espiritualização**. São Paulo: Ética, 1993.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- CARNEIRO, M.J. O Ideal Rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F.C.T.; SANTOS, R.; Costa, L.F.C. (Org.). **Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo. Ática, 7. Ed, 2000.
- COSTA, L. F. de C.; GEORGES, F.; RAIMUNDO S. Mundo Rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares. **Mauadx, Seropédica**, Rio de Janeiro, EDUR, 2008.
- CRISTOVÃO, A. F. Ambiente e Desenvolvimento de Áreas Rurais Marginais: O Caminho Tortuoso para uma Relação Potencialmente Frutuosa. **Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v.1, n.1. 2000.
- DE GROOT, R. S. Functions-analysis and valuation as a tool to assess land use conflicts in planning for sustainable, multi-functional landscapes. **Landscape and Urban Planning**, n.75, p. 175-186, 2006.

- DE GROOT, R.S., WILSON, M. A., BOUMANS, R. M. J. A typology for the classification, description, and valuation of ecosystem functions, goods and services. **Ecological Economics**. v.41, p. 393-408, 2002.
- ETGES, V. E. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, O.; SILVEIRA, R. **Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.
- FIGUEIREDO, E. Ambiente rural - A utopia dos urbanos? In: **Desenvolvimento Rural: Desafio ou utopia? Estudos para Planejamento Regional e Urbano**. Lisboa, PT: CEG-UL, nº 50, p263-279, 1999.
- FLORIT, L. F. **A reinvenção social do natural: natureza e agricultura no mundo contemporâneo**. Blumenau: Edifurb, 2004.
- FULLER, A. M. Part-time farming and the farm family: a note for future research. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v.23, n.1, 1983.
- GALVÃO, M. J, VARETA, D. N. A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento. **Cadernos de Doutorado em Geografia**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto-FLUP, Portugal, 2010.
- GARCÍA, R. Interdisciplinarietà y Sistemas Complejos. In: LEFF, E. **Ciencias Sociales y Formulación ambiental**. Barcelona: Gedisa, p.85-125, 1994.
- HANNINGAM, J. **Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- Instituto Carbono Brasil (Florianópolis). Carbono Brasil Tecnologia e Serviços Ambientais Ltda. **IPCC: Novo relatório é alerta para governos e sociedade**. 2014.
- JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- JATOBA, S.U.S.; CIDADE, L.C.F.; VARGAS, G.M. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Soc. Estado**, v.24, n.1, p.47-87, 2009.
- LEFF, E. **La interdisciplinar como estrategia científica para el eco desarrollo**. Primer Simposio sobre eco desarrollo. Organizado por la Asociación Mexicana de Epistemología. México, 1976.
- LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006.
- LEIS, H. R. Sobre o conceito de Interdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa interdisciplinar em ciências humanas**. Florianópolis, 2005.

LIMA, A. V. **Agricultura a Tempo Parcial e Multifuncionalidade do Rural: Novas Perspectivas para o Desenvolvimento Rural?** Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER), Faro, Universidade do Algarve, v.1-3 Nov. 2007.

LOPES, M. A.; SORTE, F.; OTERO, M. Apresentação. In: Bauhinia, A. M. et al. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola.** Brasília, DF: Embrapa, 2014.

HOBBS, T. **Leviatã.** São Paulo: Abril Cultural, 1988.

SINGER, P. **Economia política da urbanização.** São Paulo, Contexto, 14. ed. 1998a.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (Re)Significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, DF, 2009.

NOARA, C.T, FLORIT, L.F. Visões sobre o desenvolvimento e valores ambientais em conselhos de meio ambiente do médio vale do Itajaí, SC. **Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba**, v.1, n.2, p.191-202, jul./dez. 2009.

SACHS, I. Ecodesenvolvimento e planejamento. In: Sachs, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo, Vértice. Cap.7, p.109-117, 1986.

SACHS, I. **Estratégias de Transição para o Século XXI, desenvolvimento e meio ambiente.** São Paulo, Studio Nobel, 1993.

SACHS, I, VIEIRA, P. F. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento.** São Paulo, Cortez, 2006.

SAMPAIO, C. A. C., DALLABRIDA, I. S. Ecosocioeconomia das organizações: gestão que privilegia uma outra economia. **Revista FAE**, v.12, p.17-33, 2009, São Paulo, 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: USP, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SCHNEIDER, S. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v.24, n.3, p.106-132, 1994.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 416 p.

SOARES, A.C. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Revista Proposta**, n.87, Dez/Fev, 2001.